

METAFILOSOFIA E O DILEMA DARWINIANO DE STREET: UMA ANÁLISE APORÉTICA DO DEBATE ENTRE REALISMO E ANTIRREALISMO NA METAÉTICA

METAPHILOSOPHY AND STREET'S DARWINIAN DILEMMA: AN APORETIC ANALYSIS OF THE DEBATE BETWEEN REALISM AND ANTI-REALISM IN METAETHICS

Gustavo Teles¹

Resumo:

Este artigo analisa a discussão sobre o Dilema Darwiniano para o realismo metaético, proposto por Sharon Street (2006), e entende o seu “debunking” como estruturas aporéticas. Street desenvolve um dilema específico para o realismo metaético em que as verdades avaliativas pressupostas por ela estariam em desarmonia com uma perspectiva evolutiva-darwiniana da moralidade. Street mostra que o realismo não consegue fornecer uma explicação boa o suficiente sobre a relação entre o processo evolutivo e nossos juízos morais verdadeiros. Ela propõe uma explicação metaética antirrealista alternativa, coerente com a explicação evolutiva da moralidade. Da perspectiva de Nicholas Rescher (1985), mostraremos que o Dilema Darwiniano para o realismo moral, apontado por Street, pode ser analisado de forma aporética. De acordo com Rescher, aporias se apresentam como inconsistências dentro de um conjunto de comprometimentos teóricos, que formarão estruturas aporéticas que demandarão ou a rejeição ou a justificação destes comprometimentos teóricos responsáveis pelas aporias no conjunto total. Indicaremos que a perspectiva antirrealista de Street também engendra aporias, assim como o realismo, e pelas mesmas bases, poderá ser rejeitada. Por fim iremos propor uma abordagem pluralista para a metaética, na qual os méritos explicativos das teorias devem ser utilizados para esclarecer o fenômeno moral.

Palavras-chave: Metaética; Aporia; Darwinismo; Pluralismo; Realismo; Antirrealismo.

Abstract:

This paper analyses the discussion about the Darwinian Dilemma for metaethical realism, proposed by Sharon Street (2006), and understands its “debunking” as an aporetic cluster. Street develops a dilemma specific for metaethical realism in which the evaluative truths presupposed by it would be in disharmony with the Darwinian evolutionary perspective of morality. Street shows that realism cannot provide an explanation good enough about the relation between the evolutionary process and our true moral judgments. She provides an anti-realist metaethical alternative, coherent with the evolutionary explanation of morality. From Nicholas Rescher’s (1985) perspective, we will show that the Darwinian Dilemma for moral realism, pointed by Street, can be analyzed in an aporetic manner. According to Rescher, apories presents itself as inconsistencies inside a set of theoretical commitments, which will form aporetic clusters and will demand the rejection or justification of these theoretical commitments responsible for the apories in the total set. We will indicate that Street’s anti-realist perspective also engenders apories, as realism do, and that from the same bases can be rejected. Lastly we will propose a pluralist approach to metaethics, in which the explanatory merits of theories should be used to clarify moral phenomena.

Keywords: xxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxx Metaethics; Apory; Darwinian Dilemma; Pluralism; Realism; Anti-realism.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1459-2014>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6671015975046438>. E-mail: gustavogeraldo@gmail.com

Introdução

Na década de 70, um famoso experimento com um chimpanzé chamado Nim Chimpsky testou a hipótese da aquisição de linguagem do linguísta americano que inspirou seu nome, Noam Chomsky. O experimento reforçou a hipótese chomskiana que supõe que o uso proficiente da linguagem é uma habilidade inata aos seres humanos, já que Nim não demonstrou um nível de proficiência comunicativa esperado². Este e outros estudos com primatas que foram realizados na segunda metade do século XX nos fornecem exemplos de um dos paradigmas contemporâneos da ciência: qualquer teoria ou hipótese pode ser rejeitada pela falta de consistência com nossas descobertas científicas.

Seguindo este raciocínio, podemos ver que há uma tentativa de justificar e rejeitar teorias filosóficas a partir de premissas empíricas. Uma destas tentativas foi feita por Sharon Street ao questionar a legitimidade de teorias realistas do valor em seu artigo *A Darwinian dilemma for realist theories of value* (2006): a suspeita de Street é a de que as teorias metaéticas realistas são incongruentes com o nosso conhecimento sobre o processo evolutivo. O argumento proposto pela autora mostra que quando consideramos o processo evolutivo darwiniano devemos admitir que “um fator preponderante na formação do conteúdo dos valores humanos foram as forças da seleção natural, tal que o nosso sistema de juízos avaliativos está completamente saturado com uma influência evolutiva” (STREET, 2006, p.114).

Junto disso, já que as teorias realistas do valor postulam a existência de *verdades avaliativas independentes* de nossos juízos e crenças avaliativas, o teórico realista deve explicar a relação existente entre a influência do processo evolutivo em nossos juízos e as verdades independentes postuladas por sua teoria. De acordo com Street, tal tentativa resultará em um dilema insolúvel para teorias realistas do valor visto que o conjunto dos nossos juízos avaliativos está saturado pela influência ilegítima do processo evolutivo. A proposta de Street sugere um *debunking*, i.e., a rejeição, das perspectivas realistas do valor pela sua inadequação com o que sabemos sobre o processo evolutivo – ou seja, Street sugere a rejeição de uma teoria metaética a partir do conhecimento científico. Como um efeito colateral, a rejeição do realismo avaliativo fortalece a perspectiva antirrealista metaética que é proposta pela autora, que pretende estar em harmonia com a teoria evolutiva darwiniana e explicar características que o realismo avaliativo é incapaz de explicar.

² O Projeto Nim foi um experimento em que um grupo de cientistas estadunidenses tentaram ensinar um chimpanzé a Linguagem Americana de Sinais. Apesar de muito promissor, pois Nim conseguiu utilizar de forma rústica alguns dos sinais para “dizer” que está com fome, que quer brincar, que quer sair, ou para indicar certos objetos e etc., quando os dados do experimento foram analisados sistematicamente, confirmou-se a hipótese Chomskiana de que um chimpanzé não pode utilizar a linguagem de sinais de forma produtiva. Em um artigo intitulado *Can an Ape Create a Sentence?* (1979), Hebert Terrace e seus colegas, proponentes do projeto, afirmaram, ao analisar a evidência derivada do experimento com Nim, que “Projetos devotados a ensinar chimpanzés e gorilas a usarem linguagem [de sinais] têm mostrado que estes primatas podem aprender vocabulários de símbolos visuais. Não há evidências, no entanto, que estes primatas podem combinar tais símbolos em ordem de criar novos significados” (TERRACE, 1979., p. 900). Dado que a hipótese central da tese de Chomsky sobre a capacidade inata da linguagem ser inerente aos seres humanos é a capacidade de fazer o uso criativo da linguagem para criar novas sentenças, os autores concluíram (apesar da grande capacidade dos primatas) que a evidência acumulada não corroborava com a hipótese de que estes animais podem utilizar a linguagem de forma proficiente.

Argumentos tipo *debunking* podem ter naturezas distintas³, mas é possível compreendê-los como instâncias de *aporias* filosóficas. Aporias são caracterizadas pela existência de premissas, comprometimentos ou hipóteses que são completamente plausíveis, mas que quando postas em conjunção, são mutuamente inconsistentes. Isto é, aporias são sistemas de crenças com perturbações, desarmonias e incoerências relacionais internas que comprometem a integridade do sistema. Diogenes Laércio chamouos céticos pirrônicos de *aporéticos* pois estes, muitas vezes, provocavam seus interlocutores até um ponto onde suas crenças entravam em contradições e eles fossem obrigados a suspender o juízo sobre elas. Os primeiros diálogos platônicos são chamados de aporéticos porque, quando os interlocutores de Sócrates são questionados sobre os mais diversos temas e não conseguem dar uma resposta adequada para as inquisições de Sócrates, admitem estar em estado de aporia. No caso de Pirro e Sócrates, o estado aporético exige a rejeição das premissas, comprometimentos ou hipóteses problemáticas para o reestabelecimento da coerência dentro do sistema de crenças.

Neste sentido, quando Street demonstra que as premissas do realismo metaético são incoerentes com as premissas da teoria evolutiva através do *debunking*, ela aponta para a demanda de coerência que exige o abandono de alguma das posições para que seja reestabelecida a harmonia no sistema. Em outras palavras, o requerimento de coerência que delimita o dilema para o realista – ou rejeita as premissas do realismo ou rejeita a teoria evolutiva – tem a forma muito similar a de uma aporia filosófica. Street aponta que o realista pode tentar conciliar a hipótese evolutiva com os comprometimentos ontológicos e epistemológicos do realismo avaliativo, mas que esta tentativa fracassa e exige uma guinada para uma perspectiva antirrealista sobre a metaética.

Entretanto, demonstraremos que, tal como acontece no caso das aporias, quando abandonamos premissas plausíveis, também abandonamos as respostas plausíveis que podem ser sustentadas por estas premissas. Trasímaco emite a opinião de que a justiça é simplesmente o interesse do mais forte pois isso fornece uma resposta plausível sobre o fenômeno da justiça; Sócrates, por outro lado, demonstra que são necessárias leis sábias, justas, e que a opinião de trasímaco estaria em oposição ao conceito de justiça – isto é, Sócrates impõem em Trasímaco um estado aporético. Da mesma forma, parece que o realismo metaético fornece explicações plausíveis sobre o fenômeno moral e que quando o abandonamos, por contada desarmonia de suas premissas com a hipótese evolutiva, também abandonamos explicações plausíveis que o realismo pode nos dar ao fenômeno moral. Além disso, argumentaremos que nem mesmo uma posição metaética antirrealista, como sugerida por Street, deixa de engendrar aporias e, embora responda de forma adequada algumas lacunas deixadas pelo realismo, também possui lacunas significativas. Deste modo: se abandonamos o realismo metaético por conta das aporias engendradas por ele, porque também não abandonamos o antirrealismo metaético?

Este argumento se baseia na perspectiva *Pluralista Orientacional* de Nicholas Rescher, na qual as aporias seriam parte essencial da atividade filosófica e surgem por conta de nossos comprometimentos teóricos. Dado a natureza pervasiva das aporias na filosofia, em princípio, nenhuma teoriaseria capaz capaz

³ Richard Joyce (2013) cita pelo menos três formas de argumentos tipo *debunking*: ontogênica (como Freud), sócio-histórica (como Nietzsche) e evolutiva (como proposto por Street) (JOYCE, 2013, p. 351).

de explicar um fenômeno sem deixar escapar algumas respostas plausíveis. Disso, argumentamos, não se segue uma postura cética sobre a filosofia: pelo contrário, quando aceitamos a existência das aporias, inerentes à atividade filosófica, podemos reconhecer diferentes perspectivas, que partem de diferentes comprometimentos, como explicações igualmente plausíveis para os fenômenos que buscamos explicar. A proposta do pluralismo orientacional de Rescher mostra que são os comprometimentos teóricos que determinam os cursos probativos de nossas afirmações filosóficas e, portanto, não há como eleger, de forma não arbitrária, uma resposta correta para um problema filosófico. A consequência é a adoção de uma perspectiva metafilosófica plural, que engloba em nossas investigações filosóficas diversos percursos probativos a serem considerados como explicações igualmente plausíveis para fenômenos que tentamos explicar – cuja natureza, geralmente, é complexa e multifacetada.

Este artigo seguirá um roteiro de quatro partes. Primeiro, reconstruiremos os argumentos que fundamentam o *debunking* do realismo como sugerido por Street: através de uma compreensão da perspectiva evolutiva e de suas consequências teóricas para os comprometimentos metaéticos do realista. Em um segundo momento, argumentarei como podemos compreender o *debunking* de forma aporética. Para isso fornecerei uma definição geral de aporia fundamentado pela função da aporia para Sócrates e Pirro e uma definição específica a partir da filosofia de Nicholas Rescher (1985). No terceiro momento, mostrarei como as perspectivas realistas e antirrealistas são insuficientes para clarificar a totalidade do fenômeno moral: ambas engendrariam algumas estruturas aporéticas, i.e., aporias dentro de um sistema de crenças, independentemente da posição que adotássemos. Apesar disso, estas teorias são capazes de ressaltar características importantes do fenômeno moral e possuem, cada qual, seus méritos explicativos. Concluiremos dizendo que as aporias engendradas são resultado da complexidade do fenômeno moral, e, a partir disso, se considerarmos como impossível fornecer uma teoria global sobre a moralidade, devemos abdicar de nossas pretensões absolutistas de verdade e aceitar que a natureza do fenômeno moral deve ser compreendida de forma plural. Com isso, inserimos a posição metafilosófica de Rescher na Ética, direcionando nossas investigações para uma abordagem *Pluralista Orientacional* da filosofia moral.

O dilema darwiniano para o realismo metaético

A teoria evolucionista de Darwin postula, grosseiramente, que indivíduos de uma determinada espécie se adaptam às condições variáveis do ambiente em que estão inseridos, maximizando suas chances de sobrevivência. Os traços genéticos e comportamentais⁴ que maximizam as chances de sobrevivência são transmitidos para as gerações posteriores. Assim, indivíduos de uma espécie que são menos aptos às condições do meio têm maiores chances de perecer, seja pela competição intraespécie ou pela vulnerabilidade perante condições externas (como a presença

⁴ Há diversas evidências que apontam que comportamentos que foram benéficos para o processo evolutivo também são herdados através do ensino e imitação em uma forma de proto-cultura. Estes comportamentos, tal como traços genéticos, permitem que os organismos se adaptem ao meio e maximizem as suas chances de sobrevivência. Um exemplo disso é o comportamento de lavar batatas doces dos Macacos-Japoneses o que pode “representar um (não intencional mas potencialmente útil) progresso acumulativo na redução do risco de aquisição de parasitas prejudiciais” (SCHOFELD et al., 2018, p. 117). Este tipo de comportamento se mostrou, ao longo do processo evolutivo, favorável para a sobrevivência dos indivíduos de uma espécie.

de predadores ou escassez de recursos) e, conseqüentemente, não transmitem estes traços desvantajosos para as gerações futuras. A evidência de que um traço genético ou comportamental maximiza as chances de sobrevivência se manifesta no sucesso reprodutivo que determinado organismo de uma espécie obtém, no qual passa seus genes para gerações posteriores. Resumidamente, traços que maximizam as chances de sobrevivência e sucesso reprodutivo são transmitidos através do processo de seleção natural, enquanto aqueles que são desvantajosos para a sobrevivência e sucesso reprodutivo desaparecem em uma população.

Como notado por Richard Joyce (2006), a perspectiva evolucionista darwiniana pode nos fornecer uma explicação sobre a formação ancestral de nossos mecanismos psicológicos atuais. Ao investigar a influência do processo evolutivo na espécie humana, visamos responder o porquê nos comportamos, agimos e julgamos da maneira que fazemos. A psicologia evolutiva não pretende dar uma resposta sobre o todo do comportamento humano – dado que existem pressões sociais, políticas e culturais que também modelaram o nosso comportamento – mas demonstrar que uma grande porção destes comportamentos pode ser explicada por “mecanismos psicológicos inatos em domínios específicos” que foram selecionados evolutivamente “para responder alguma ameaça ou oportunidade ancestral discreta” (JOYCE, 2006, p. 6). Ou seja, a psicologia evolutiva postula que podemos explicar os mecanismos psicológicos e comportamentais que representaram vantagens evolutivas em um ambiente ancestral para uma determinada espécie.

Street propõe, de forma similar ao projeto de Charles Darwin em *The Descent of Man* (1871), investigar qual foi o papel da seleção natural para a formação da nossa capacidade moral. Quando consideramos o processo evolutivo, percebemos que os “padrões observados no conteúdo atual dos juízos avaliativos humanos fornecem evidências favoráveis à visão de que a seleção natural teve uma tremenda influência” (STREET, 2006, p. 117) no conteúdo destes juízos avaliativos. Por exemplo, a tendência para julgarmos que “devemos cuidar de nossa prole”, “devemos reciprocamente com aqueles que nos ajudam” ou de julgarmos que “preservar pela nossa sobrevivência é bom”, foram juízos que, em um contexto ancestral, podemos assumir, favoreceram o sucesso reprodutivo da espécie humana, já que julgar o oposto destes juízos seria desvantajoso evolutivamente⁵.

Street propõe, o que chamarei para os objetivos deste artigo, de *hipótese evolutiva*. De acordo com a hipótese evolutiva, uma parte dos nossos juízos avaliativos sobre o que é bom, obrigatório e proibido foram selecionados evolutivamente por favorecer o sucesso reprodutivo de nossos ancestrais. Neste sentido, julgamos o altruísmo como uma virtude a ser promovida, o egoísmo como um vício a ser evitado, a morte de nossos semelhantes como algo horrível e a caridade com os menos favorecidos como algo louvável porque, em última instância, estes juízos promoveram “a sobrevivência e sucesso reprodutivo muito mais eficientemente que juízos alternativos” (STREET, 2006, p. 115). De acordo com a hipótese evolutiva, muito daquilo que julgamos como moral possui uma origem que pode ser traçada observando o nosso passado evolutivo.

⁵ Street põe em consideração uma série de juízos que são favoráveis evolutivamente e desfavoráveis evolutivamente. O juízo de que “O fato de que algo promoverá a sobrevivência é uma razão contrária a fazer isso” se mostra como prejudicial, em uma perspectiva evolutiva, para o organismo que julga desta forma. Neste sentido, tal juízo, ao decorrer do processo evolutivo, seria “extinto” por minimizar, ao invés de maximizar, as chances de sobrevivência de uma espécie. (STREET, 2006, p. 116-117).

Se nós consideramos hipótese evolutiva⁶ como válida, precisamos explicar filosoficamente qual é a relação que existe entre o processo evolutivo, que determinou o conteúdo de muitos dos nossos juízos morais, e as nossas perspectivas metaéticas, que descrevem e analisam o conteúdo desses juízos morais. Considerando a influência do processo evolutivo em nossos juízos avaliativos, como podemos explicá-los? Segundo Street, essa questão é especialmente problemática para as teorias realistas do valor na metaética.

Realismo é, em um sentido geral, um termo transcategorico que pretende classificar abordagens teóricas que se comprometem com uma instância ontológica superior que determina a verdade ou falsidade de nossos juízos (DUMMETT, 1991, p. 4-7). Isso significa, em outras palavras, que a verdade de uma proposição não depende daquilo que acreditamos ou julgamos, mas da existência de propriedades, fatos ou regras que são independentes da nossa mente. O realismo metaético sugere que existem propriedades, fatos ou regras, de natureza moral, que determinam a verdade de nossos juízos e crenças, independentemente daquilo que acreditamos que seja correto ou errado, do ponto de vista moral. O juízo de que “Hitler foi um ditador cruel”, por tudo aquilo que sabemos sobre Hitler e sobre crueldade, é verdadeiro e justificado de acordo com o realismo, independente de quais possam ser as nossas crenças sobre Hitler, pela própria natureza da moralidade.

Street tem em mente um tipo de realismo metaético que “se encaixa perfeitamente no alvo do Dilema Darwiniano” (STREET, 2006, p. 112). Esse tipo de realismo, o realismo metaético não-naturalista, afirma que existe uma realidade moral, não redutível à estados físicos, independente da mente, que determina a verdade ou falsidade de nossos juízos ou crenças morais⁷. É importante notar que Street não desconsidera a importância do Dilema Darwiniano para o realismo naturalista metaético, mas enfatiza que o realismo não-naturalista é mais vulnerável à suas críticas⁸. Por este motivo, vamos nos concentrar neste último, que chamaremos simplesmente, a partir de agora, de realismo metaético.

Quando consideramos a hipótese evolutiva, o realismo metaético precisa explicar qual é a relação (e se há alguma) entre aqueles juízos que foram selecionados evolutivamente e a verdade moral independente postulada pelo comprometimento realista. Neste sentido, o realista não pode negar a hipótese evolutiva sob a pena de negar uma perspectiva amplamente aceita pela comunidade científica. Há dois horizontes argumentativos possíveis para responder a questão levantada pela hipótese evolutiva, isto é, a negação ou a adesão da suposta relação entre as forças evolutivas e a verdade avaliativa proposta pelo realismo. A tentativa de negar ou afirmar a relação implicará, segundo Street, em

⁶ É importante notar que Street, dado as possíveis divergências que ainda podem existir na disciplina da psicologia evolutiva, adverte o leitor que o seu argumento deve ser lido como um condicional logo no início de seu artigo. Street diz “se os fatos evolutivos forem grosseiramente como espelho, então aqui está o que pode ser dito filosoficamente” (STREET, 2006, p. 112. Grifo da autora).

⁷ Podemos listar entre proponentes da abordagem realista não naturalista: G. E. Moore (1903), David Enoch (2011) e Paul Bloomfield (2001).

⁸ Sobre o realismo naturalista, Street diz: “Naturalistas sobre o valor parecem ter melhores perspectivas sobre este ponto [sobre a relação entre seleção natural e valores morais] que os realistas não-naturalistas. Dado que naturalistas sobre valor constroem fatos avaliativos como fatos naturais com poderes causais, é muito mais compreensível como a apreensão destes fatos podem ter impactado o sucesso reprodutivo” (STREET, 2006, p. 131).

um dilema para teorias realistas do valor, cujo corolário será o *debunking*, i.e., a rejeição da própria perspectiva realista.

A primeira opção, a negação da relação entre o processo evolutivo e nossas crenças morais, enxerga as forças da seleção natural como uma influência deformadora, “nos empurrando em direções avaliativas que não tem nada haver com a verdade avaliativa” (STREET, 2006, p. 121). De acordo com essa perspectiva, é improvável que o processo evolutivo tenha coincidido com a verdade moral que é postulada pelo realista – e mesmo que houvesse alguma coincidência, seria matéria de mero acaso. Se o realista aderir à esta tese, ele se comprometerá com a conclusão cética de que “nossos juízos avaliativos estão, provavelmente, fora de rota, pois é revelado que nosso sistema de juízos avaliativos está totalmente saturado e contaminado por uma influência ilegítima” (STREET, 2006, p. 122), isto é, a influência da seleção natural.

O realista metaético pode contraargumentar ao afirmar que, a partir da nossa racionalidade, podemos corrigir os erros, separando as verdades das falsidades avaliativas, direcionando nossos juízos para o conhecimento moral genuíno. A racionalidade, neste sentido, serviria como uma bússola avaliativa, colocando nossos juízos novamente na rota da verdade moral. No entanto, Street argumenta que tal proposta também não obtém sucesso, visto que a “reflexão racional deve sempre partir de um ponto de vista avaliativo; deve sempre trabalhar a partir de algumas premissas avaliativas; deve sempre tratar alguns juízos avaliativos como fixos” (STREET, 2006, p. 124). Ou seja, a própria reflexão racional poderia estar infectada por uma influência ilegítima da seleção natural, o que faria com que a nossa reflexão fosse um processo de “acessar juízos avaliativos que estão provavelmente mal direcionados em termos de outros [juízos racionais] que estão provavelmente mal direcionados” (STREET, 2006, p. 124). Portanto, o que resta para o realista é aceitar o primeiro horizonte do dilema: os nossos juízos morais estão, provavelmente, fora da rota da verdade avaliativa, saturados pela influência evolutiva.

A segunda opção para o realista é a de aderir à tese de que há uma relação entre a apreensão de verdades avaliativas e o processo evolutivo. Nesta perspectiva, o realista afirmará que os seres humanos que apreenderam verdades avaliativas foram favorecidos pelo processo de seleção natural. De fato, a apreensão de verdades pode colaborar com a sobrevivência de um organismo em um ambiente hostil⁹. A única tarefa para o realista será explicar qual seria associação entre a apreensão de verdades avaliativas e o processo de seleção natural. O realista compreende que a seleção natural favorece espécies que “rastream a verdade”, de forma que nós podemos entender esta relação, entre forças evolutivas e verdade avaliativa, como uma relação de rastreamento. Essa perspectiva é vantajosa para o realista pois “as forças da seleção natural, que influenciaram a forma de muitos de nossos juízos avaliativos, não precisa e não deve ser vista, absolutamente, como deformadora ou ilegítima” (STREET, 2006, p. 125).

A principal objeção à perspectiva de rastreamento da verdade é que ela se propõe, além de uma teoria filosófica, como uma hipótese científica, que parece ser

⁹ Como notado por Michael Shermer “Nosso cérebro é uma máquina de crença, um aparelho avançado de reconhecimento de padrões que ligam os pontos e criam significados a partir de padrões que acreditamos ver na natureza. [...] quando a associação é verdadeira, aprendemos algo valioso sobre o ambiente, e a partir disso podemos fazer previsões que nos ajudem a sobreviver e nos reproduzir. Somos os ancestrais daqueles que foram mais bem-sucedidos em encontrar padrões” (2012, p. 56).

inconsistente com a hipótese evolutiva¹⁰. O realista precisará, além de afirmar que há uma relação entre rastreamento de verdades independentes e o processo evolutivo, explicar o *porquê* a apreensão das verdades favoreceu o sucesso reprodutivo. Uma tentativa de explicação para esta relação se mostra flagrantemente circular: o rastreamento de verdades avaliativas favoreceu o sucesso reprodutivo porque o sucesso evolutivo depende do rastreamento de verdades avaliativas! Embora o realista afirme que exista uma relação entre a apreensão de verdades avaliativas e o processo evolutivo, não há forma satisfatória – e cientificamente coerente – de explicar tal relação.

Para demonstrar a implausibilidade da perspectiva do rastreamento Street fornece uma perspectiva antirrealista que explicará o fenômeno em questão de forma mais adequada com os fundamentos científicos da teoria darwiniana. A *perspectiva do elo avaliativo*, como Street a chama, afirma que:

[...] tendências para fazer certos tipos de juízos avaliativos ao invés de outros contribuíram para o sucesso reprodutivo de nossos ancestrais, não porque elas constituíram percepções de verdades avaliativas independentes, mas, ao invés disso, porque elas modelaram elos adaptativos entre as circunstâncias de nossos ancestrais e suas respostas para essas circunstâncias (STREET, 2006, p. 126. Tradução nossa.).

Ou seja, ações e crenças demonstraram-se vantajosas para a espécie e por conta disso foram necessárias para o sucesso reprodutivo de nossos ancestrais. Os juízos avaliativos que fazemos atualmente foram passados para as gerações futuras pois, em um ambiente ancestral, foram úteis para a preservação da espécie – e não por conta da existência de verdades sobre estes juízos.

De acordo com Street, há pelo menos três maneiras pelas quais a perspectiva do elo adaptativo pode ser considerada superior à perspectiva do rastreamento. Em primeiro lugar: a perspectiva do elo adaptativo é mais parcimoniosa, por não postular verdades avaliativas independentes, mas explicar “a vantagem de fazermos certos juízos avaliativos diretamente” (STREET, 2006, p. 129), pois aponta que organismos que julgaram de determinada maneira no passado tiveram sucesso evolutivo e que, por este motivo, estes juízos foram selecionados. Segundo: a perspectiva é mais clara por não precisar explicar a relação entre o processo evolutivo e as verdades avaliativas. A perspectiva realista nos deve uma resposta sobre o *porquê* um juízo verdadeiro é vantajoso evolutivamente, enquanto a perspectiva do elo adaptativo responde que a vantagem evolutiva destes juízos existe porque eles permitiram maior sucesso reprodutivo em um passado evolutivo – sem a necessidade de recorrer ao valor de verdade destes juízos. A perspectiva realista precisa explicar a natureza da verdade avaliativa independente *e também* a sua vantagem evolutiva, enquanto que a perspectiva antirrealista explica a vantagem evolutiva ao apontar para os próprios fatos do evolucionismo. Por último: a perspectiva do elo adaptativo lança mais luz sobre o fenômeno em questão, i.e., sobre o *porquê* fazemos os juízos avaliativos que fazemos. O realista explicará isso em termos de verdade, enquanto o antirrealista explicará recorrendo ao processo evolutivo. A perspectiva antirrealista nos ajuda a

¹⁰ Street afirma: “[...] se for questionada o porquê observamos tendências generalizadas para tomar a nossa sobrevivência e de nossa prole como valiosa, ou o porquê nós tendemos a julgar que nós temos obrigações especiais com nossas crianças, a perspectiva do rastreamento responderá que estes juízos são verdadeiros, e que sermos capazes de apreender tais verdades promoveu sucesso reprodutivo.” (STREET, 2006, p. 125)

compreender o fenômeno à partir da teoria darwiniana, nos explica alguns de nossos juízos em termos de vantagens evolutivas, enquanto a perspectiva realista postula novas entidades e deixa questões em aberto sobre a ontologia da moralidade.

O Dilema Darwiniano se apresenta como um contra argumento forte contra o realismo metaético pois exige dessa teoria a adequação teórica com os pressupostos da hipótese evolutiva. Dado que o realista não pode explicar nem a rejeição, nem a aderência da relação entre o processo evolutivo e os nossos juízos avaliativos, ele deverá abandonar a própria perspectiva realista se visa estar em consonância com uma imagem científica de mundo. Dito isso, se as críticas de Street estiverem corretas, a opção do realista é aceitar o *debunking* de sua perspectiva e aquiescer ao antirrealismo, pois sua perspectiva não forneceria um modelo teórico capaz de explicar satisfatoriamente o fenômeno moral quando confrontado com evidência evolutiva.

Análise aporética do *Debunking* de Street

Na última seção, exploramos os argumentos de Street contra a perspectiva do realismo metaético, baseados na hipótese evolutiva derivada da perspectiva darwiniana. O *debunking* do realismo se mostra como a única alternativa possível quando consideramos a impossibilidade de explicar a relação entre os juízos avaliativos (morais) e o processo evolutivo. A proposta antirrealista de Street pretende fornecer um modelo que se adequa melhor com os comprometimentos darwinianos.

Mas o que seria, especificamente, um *debunking* de uma teoria? Como ele pode ser utilizado para sustentar uma perspectiva teórica alternativa? Em outro ensaio, Joyce define um argumento tipo *debunking* da moralidade como um argumento que “toma dados sobre a origem do pensamento moral e os utiliza para enfraquecer a moralidade” (JOYCE, 2013, p. 351-352). Ao mesmo tempo, todo *debunking* também é uma reivindicação de alguma perspectiva alternativa – no caso de Street, a rejeição do realismo representa a vitória de uma perspectiva antirrealista.

Argumentos tipo *debunking* se assemelham aos argumentos aporéticos utilizados, principalmente, na filosofia grega clássica. A *aporia*, na filosofia antiga, é definida como “um ponto em que alguém não sabe como responder àquilo que é dito” (PALMER, 2017, p. 9) sendo uma situação em que “alguém se prova incapaz de completar uma tarefa filosófica ou está [...] lutando com um problema filosófico” (SZAIFF, 2017, p. 30). O *debunking* envolve uma espécie de *aporia* porque ele exige do realista uma resposta para uma questão que ele não sabe como responder e lhe dá uma tarefa filosófica difícil de se realizar.

Para analisarmos o Dilema Darwiniano iremos utilizar a perspectiva aporética estabelecida por Nicholas Rescher em *The Strife of Systems* (1985). De acordo com Rescher, a tarefa da filosofia é tornar as nossas crenças coerentes, mas por causa da diversidade de dados e carência de método específico do filosofar¹¹,

¹¹ Este é um fato muitas vezes negligenciado em nossas discussões filosóficas. A filosofia utiliza-se de uma gama de conceitos/fatos/dados e não discrimina de onde eles vêm. Como bem apontado por Rescher: “Ao lidar com o ser e o valor em geral – com possibilidade, atualidade e mérito – as preocupações da filosofia são universais e amplas: a filosofia é inclusiva e abrangente demais para delimitar o alcance de suas preocupações. Nem tem um método distintivo, pois seus procedimentos de investigação e raciocínio são variados e diversificados demais para dá-la uma identidade

nós frequentemente encontramos problemas derivados do nosso requerimento de coerência e nossos comprometimentos teóricos. A dificuldade da filosofia se resume à um “embaraço de ricos”: temos *muitos* dados disponíveis e estes dados “não apenas são múltiplos e diversificados, mas invariavelmente produzem resultados discordantes [...] [o que engendra] um supercomprometimento cognitivo em que inconsistências surgem” (RESCHER, 1985, p. 19). Tomado como um todo, os sistemas filosóficos existentes carregam comprometimentos demais que acabam gerando inconsistências dentro de sua própria estrutura argumentativa – e estas inconsistências constituem uma *aporia*.

Com essa compreensão da filosofia, Rescher propõe que os problemas filosóficos surgem no que chamou de *estruturas aporéticas* [*aporetic clusters*]. Uma estrutura aporética se constitui por um conjunto de hipóteses, premissas ou teses que são, por definição, mutuamente exclusivas. Isso não significa que elas possuem a forma *p* e *não-p*, mas que a aceitação delas em conjunto cria uma inconsistência¹² dentro do sistema de proposições que elas estão inseridas¹³. Desta inconsistência surge uma *aporia*: um ponto de inflexão, a partir dos comprometimentos teóricos, em que se é exigido uma resposta impossível a partir do conjunto de premissas dado.

Segundo Rescher, podemos identificar uma *aporia* se:

1) Existem boas razões para aceitar os fatos *x*, *y* e *z*, dado que a evidência disponível corrobora com cada um desses fatos;

2) Ao aceitar *x*, *y* e *z*, estes dados se mostram mutualmente incompatíveis; o conjunto total é inconsistente.

Nestes casos, não podemos simplesmente recorrer à evidência para acabar com a inconsistência, dado que já aceitamos que a evidência de antemão corrobora com os fatos. Nós “sabemos (graças à inconsistência) *que* algo está errado, [mas] nós não podemos dizer *o que* saiu errado” (RESCHER, 1985, p. 21). Uma estrutura aporética “dá origem a um grupo de argumentos válidos que leva para conclusões mutualmente contraditórias” (RESCHER, 1985, p. 22) mesmo que cada argumento deste conjunto englobe teses, hipóteses e premissas que nos parecem plausíveis. De acordo com Rescher:

O problema é sempre o de uma escolha entre alternativas onde, não importa para onde viramos, nós nos encontramos tendo que abandonar algo que parece plausível – uma posição que, se as circunstâncias

exclusiva. O que caracteriza a filosofia é sua missão de entrecocar com as “grandes questões” no que diz respeito ao homem, ao mundo e ao seu lugar no esquema das coisas, fazendo uso nessa empreitada de qualquer meio que esteja em mãos. (RESCHER, 1985, p. 17).

¹² Diego E. Machuca define, em outra discussão, um estado psicológico de *aporía* em que o cético pirrônico permanece ao encontrar uma anomalia/inconsistência dentro de seu sistema de crenças. Embora seja em um contexto bem diferente de nossa discussão, sua definição nos ajuda a compreender um pouco mais a inconsistência que ocorre dentro de uma agrupamento aporético. Machuca diz, sobre o pirrônico, que: “O mesmo objeto parece ter para ele propriedades perceptuais *conflitantes* dependendo da diferença espacial e variáveis quantitativas, ou a mesma visão moral parece para ele ser tanto *convicente* como *inconvincente* dependendo do ponto de vantagem do qual ela é considerada” (MACHUCA, 2019, p.44. Grifos nossos.). O que ocorre em um agrupamento aporético é semelhante: há um *conflito* dentro das premissas e teses, tornando-as tanto *convicentes* como *inconvincentes*, dependendo do ponto de vista que observamos.

¹³ Um exemplo simples de inconsistência dentro de um sistema de proposições é se considerarmos um agente que acredita tanto na teoria Darwinista como no que é dito na Bíblia. Embora ambas as proposições sejam convincentes (para o agente) elas são mutualmente excludentes, configurando uma situação aporética.

permitissem, nós gostaríamos de manter e cujo abandono faz grande diferença (RESCHER, 1985, p. 23. Tradução nossa.)

Considerando a estrutura aporética, por um lado, há razões substanciais para mantermos todas as nossas premissas coletivamente, mesmo que sejam incompatíveis: cada uma delas *tem muito a nos dizer*. Por outro lado, a simples demanda de consistência na estrutura requer a *eliminação* de uma delas. O conjunto de proposições, como um todo, é inconsistente demais – algo deve ceder (RESCHER, 1985, p. 24).

Assim, quando nós buscamos coerência em uma estrutura aporética e eliminamos um dos comprometimentos teóricos que estão nelas, invariavelmente, perdemos uma premissa que explica determinado fenômeno (e que tem muito a nos dizer!). Ao sugerir o *debunking* do realismo metaético, Street expõe um agrupamento aporético e argumenta pelo abandono do comprometimento metaético realista para a restauração da coerência dentro da estrutura, isto é, a coerência do conjunto total de premissas com a hipótese evolutiva. Podemos expor a estrutura aporética do Dilema Darwiniano de Street da seguinte maneira:

1) O processo evolutivo influenciou tremendamente o conteúdo dos nossos juízos avaliativos;

2) Os nossos juízos avaliativos se referem à verdades avaliativas (i.e, morais) independentes do que acreditamos ou julgamos como correto;

3) Em um passado ancestral, nossas tendências de fazer juízos avaliativos foram respostas à circunstâncias que favoreceram a sobrevivência e o sucesso reprodutivo da espécie humana.

Ao admitir o comprometimento com a hipótese evolutiva, o realista se depara com uma estrutura aporética em que ele deve ou fornecer uma explicação para sustentar a premissa (2), que lhe é cara, ou negar as premissas (1) e (3). Ao negar (1), o realista enfrenta a conclusão cética de que, considerando (2) e (3), muitos dos nossos juízos avaliativos podem estar sob a influência ilegítima da seleção natural – isto é, não poderíamos distinguir os juízos morais verdadeiros dos juízos que simplesmente favoreceram a sobrevivência e o sucesso reprodutivo da espécie humana. Se, por outro lado, o realista nega a premissa (3), ele precisa explicar a relação necessária entre o processo evolutivo e os nossos juízos morais verdadeiros – ou seja, exige uma explicação a partir da perspectiva do rastreamento. Como Street argumenta, a alternativa mais plausível, dado este conjunto de premissas e a adequação com o que sabemos sobre o processo evolutivo, é a negação da premissa (2), obtendo a proposta antirrealista do elo adaptativo.

A aporia subjacente no *debunking* de Street nos mostra que, quando consideramos a hipótese evolutiva como uma premissa que não estamos dispostos a abandonar, o comprometimento com o realismo metaético exige uma explicação para que possamos reestabelecer a coerência dentro de uma estrutura aporética – seja explicando a relação entre o processo evolutivo e o realismo metaético ou seja pela rejeição definitiva do realismo metaético. De acordo com Rescher, o abandono de um comprometimento teórico incluso em uma estrutura aporética têm consequências epistêmicas: “sempre que uma crença é rejeitada, deve-se também questionar as várias (coletivamente convincentes) razões pelas quais essa crença foi adotada” (RESCHER, 1985, p. 28). Assim, se espera que a rejeição da premissa realista na estrutura aporética também tenha consequências não desprezíveis para

a nossa compreensão do fenômeno moral. A aporia, “quando presente, tende a se espalhar como um incêndio em qualquer sistema racional” (RESCHER, 1985, p. 28).

Méritos explicativos e comprometimentos metaéticos

Considerando a análise aporética de Rescher, temos uma nova paisagem de questões em relação ao Dilema Darwiniano: o que perdemos explicativamente ao abandonar o comprometimento realista? A inconsistência na estrutura aporética da hipótese evolutiva em conjunção com o realismo metaético exige a rejeição de alguma das premissas envolvidas para reestabelecer a harmonia no sistema. Mas, quais são os méritos explicativos, isto é, as respostas plausíveis que a proposta realista pode nos dar ao se comprometer com as verdades avaliativas independentes? A proposta de Street inserida na estrutura aporética consegue suprir as lacunas que o abandono do realismo metaético deixou? Por fim, a perspectiva antirrealista também enfrentará dificuldades explicativas quando ela estiver em conjunção com os seus outros comprometimentos teóricos? Se houver alguma inconsistência teórica que a perspectiva antirrealista não consegue se livrar, considerando as premissas evolutivas, estaremos justificados, pelas mesmas bases que rejeitamos o realismo, em rejeitar a perspectiva antirrealista?

A resposta simples para estas inquietações é a de que a perspectiva de Street não está em uma posição privilegiada, livre de inconsistência e objeções. A rejeição do realismo cria uma nova estrutura aporética em que as questões que antes eram respondidas pela perspectiva do realismo metaético perturbam a estrutura das premissas e teses que compõem o a perspectiva teórica antirrealista e exige, também, a restauração da harmonia dentro do sistema – ou seja, a perspectiva antirrealista também não está livre de objeções com bases em aporias.

Quando consideramos a perspectiva antirrealista de Street, notamos que ela é otimista demais em relação ao processo evolutivo. De fato, de acordo com a hipótese evolutiva, muitos dos nossos juízos tiveram uma influência ancestral darwiniana, mas isso não significa que os nossos juízos sempre se direcionaram no sentido da sobrevivência e do sucesso reprodutivo da espécie humana. Um exemplo bem documentado disso na literatura científica é o do infanticídio intraespécie como forma de diminuir a concorrência reprodutiva em uma determinada população¹⁴. Nestes casos, o infanticídio se demonstra como uma estratégia evolutiva eficiente – tanto para o sucesso reprodutivo de um indivíduo, como também para a economia de recursos escassos em um determinado grupo – e a tendência para se comportar dessa forma é coerente com a perspectiva do elo adaptativo, já que favorece o sucesso reprodutivo da espécie.

Para *julgar* que o infanticídio como errado, no entanto, devemos rejeitar as forças da seleção natural e reconhecer que essa ação é, em algum sentido, *imoral*

¹⁴ Segundo Sarah Blaffer Hrdy (1977), o fenômeno do infanticídio pode ser explicado como uma atitude que aumenta o sucesso reprodutivo de determinado organismo. Este é um fenômeno que ocorre em diversas espécies de primatas. O infanticídio seria uma estratégia reprodutiva pois o macho, ao matar um infante sem parentesco, aumenta as chances de seu sucesso reprodutivo, tanto diretamente, eliminando concorrências reprodutivas potenciais, como indiretamente, maximizando as chances de reprodução de seus descendentes, em detrimento das chances dos pais do infante e do próprio infante morto. “Se esse modelo se aplica [...] o fenômeno do infanticídio pode ser visto como outro resultado do processo evolutivo que Darwin chamou de seleção sexual: a luta por indivíduos do mesmo sexo (tipicamente machos) por acesso reprodutivo ao outro sexo, no qual o resultado não é a morte do competidor fracassado, mas menos ou nenhum descendente” (HRDY, 1977, p. 48).

ou *moralmente reprovável*. Street poderia argumentar que, de fato, embora o infanticídio seja vantajoso para o sucesso reprodutivo de um indivíduo, ele não é vantajoso para a espécie como um todo – as forças da seleção natural não poderiam sobrepor o *altruísmo recíproco*. Novamente, porém, argumentar dessa forma é ser demasiadamente otimista sobre o processo evolutivo: quando o que está em jogo são vantagens reprodutivas, alimentos e recursos que garantem a sobrevivência do indivíduo e do grupo, se estas coisas podem ser alcançadas através da força bruta, não há nenhuma necessidade do *altruísmo* – Darwin, em *A Origem das Espécies* (1959) cita diversas vezes a *luta* pela sobrevivência das espécies.

Assim, o desafio para a perspectiva antirrealista é explicar como, de acordo com a hipótese evolutiva, passamos a fazer juízos avaliativos que *necessariamente* distoam das pressões do processo evolutivo. Mesmo que o infanticídio favoreça o sucesso reprodutivo, o julgamos como errado, mas por quê? Street responde simplesmente que a tendência de fazer estes juízos teria sido vantajosa para o sucesso reprodutivo da espécie (STREET, 2006, p.118-119). Contudo, como notado por Michael J. Deen “tendências avaliativas não explicam por elas mesmas o porquê humanos fazem um juízo ou endosso [ou rejeição] *adicional* de uma tendência avaliativa” (DEEN, 2016, p. 730. Grifo nosso.).

A perspectiva de Street tem a desvantagem de enfraquecer demais a própria concepção de *juízo*, reduzindo-o meramente às *tendências* motivacionais e comportamentais para julgar. Em outras palavras: a perspectiva antirrealista nos deve uma explicação evolutiva, considerando a sobrevivência e o sucesso reprodutivo da espécie, sobre o porquê nossos antepassados abandonaram as tendências de julgamento, que garantiam a sobrevivência da espécie, pelos julgamentos avaliativos em si mesmos, que não necessariamente garantem o sucesso reprodutivo (DEEN, 2016, p. 731). Há um abismo enorme entre a tendência de julgar aquilo que favorece a sobrevivência e sucesso reprodutivo da espécie e os juízos que afirmam que algo é certo ou errado, bom ou mau, obrigatório ou proibido, de um ponto de vista moral.

Street reconhece que, dada a nossa habilidade reflexiva, podemos nos afastar destas tendências e “decidir, sob reflexão, rejeitá-las e lutar contra” (STREET, 2006, p. 120) o conteúdo das tendências selecionadas evolutivamente. Contudo, isso ainda explica muito pouco sobre o porquê, para nós, as ações têm algum valor moral. Seres humanos podem, no fim das contas, decidir, sob reflexão, rejeitar e lutar não só contra os juízos derivados de nossas tendências evolutivas, mas também contra aquilo que reconhecemos coletivamente como valores morais. Podemos escolher agir de forma animal ao invés de cívica, agir de forma egoísta ao invés de altruísta, cometer atos viciosos ao invés de virtuosos. O motivo pelo qual nós não retornamos com hábitos de primatas é porque nós valorizamos a sociedade civil e a democracia; e fazemos isso porque julgamos essa forma de vida como *melhor* – nós *valoramos* essa forma de vida. O problema para a perspectiva antirrealista de Street é que, apesar de ser coerente com a hipótese evolutiva, ela nos esclarece muito pouco sobre o fenômeno que estimulou toda a discussão: o porquê avaliamos e emitimos juízos de valor¹⁵.

¹⁵ Evandro Barbosa, em seu artigo, “Entre Cila e Caríbdis: o dilema darwiniano e o debunking da moralidade” (2019) oferece uma solução construtivista em que juízos avaliativos seriam escolhidos quando promovessem *sucesso moral*, e que a verdade avaliativa dependeria, em grande parte, das evidências que temos para reivindicá-la como verdadeira – isto é, demandaria a existência de um procedimento para a justificação moral. A proposta de Barbosa tenta conciliar a existência de verdades avaliativas com a teoria evolucionista à partir de um modelo *dependente da mente*, e pode

Como sugerido por Abraham Graber, a perspectiva realista tem a vantagem de fornecer uma ligação entre a metaética, a normatividade da moralidade e os nossos juízos avaliativos (GRABER, 2012, p. 596). A resposta para a pergunta sobre o porquê o infanticídio é errado para o realista metaético é dada em termos do reconhecimento de uma realidade moral, independente das pressões do processo evolutivo, que fundamenta o nosso juízo de que o infanticídio é errado. Sendo assim, mesmo que o processo evolutivo tenha influenciado imensamente a nossa tendência de fazer certos juízos avaliativos, os nossos juízos morais *genuínos*, aqueles que exigem reflexão e consideração de razões, são independentes destas e de outras tendências, pois se referem, por assim dizer, à própria ontologia da moralidade.

O que falta para a perspectiva antirrealista é uma abordagem que explique a normatividade de nossos juízos morais. Street fornece uma perspectiva rústica a partir de um construtivismo antirrealista que se apoia no equilíbrio reflexivo de nossos juízos selecionados evolutivamente em conjunção com todas as outras pressões avaliativas (sociais, políticas, culturais, religiosas). Nesta perspectiva, a verdade avaliativa seria uma função geral que estaria em equilíbrio com o todo do nosso sistema avaliativo (STREET, 2006, p. 154). Porém, mesmo com esta perspectiva ontologicamente enfraquecida, a perspectiva antirrealista ainda precisa explicar o porquê julgamos as coisas pelo seu valor intrínseco, isto é, independente das influências que engendram as nossas tendências de julgar de uma maneira ou outra.

Por exemplo, consideremos a questão da escravidão: de acordo com a perspectiva construtivista antirrealista fornecida por Street, nós só poderíamos dizer que a escravidão é errada quando, a partir do nascimento e declínio de juízos avaliativos, em equilíbrio reflexivo, o nosso sistema de crenças atual total garantisse a verdade da afirmação de que a escravidão é, de fato, errada em uma perspectiva moral. Nesta perspectiva, os nossos juízos avaliativos verdadeiros *dependem* de todo o nosso sistema de crenças avaliativas em equilíbrio com as tendências evolutivas, sociais, políticas, culturais e etc. Se, por ventura, o nosso sistema de crenças tivesse sofrido outras pressões avaliativas, os nossos juízos poderiam ser completamente diferentes. Há a possibilidade, inclusive, de existir um sistema de crenças avaliativas em que nós julgamos a escravidão diferentemente, como justificada – como também a possibilidade de um sistema de crenças avaliativas em que nem mesmo consideramos a questão da escravidão. Ou seja, na proposta construtivista antirrealista, a escravidão ser moralmente errada teria um estatuto simplesmente accidental. Isso parece contraituitivo para nós, pois julgamos a escravidão como incorreta tanto na Grécia antiga quanto no processo de colonização das Américas e nas suas manifestações neocolonialistas.

Por outro lado, o realista metaético afirma que, independentemente da coerência e garantia de assertabilidade que o nosso sistema de crenças forneça, a escravidão seria errada pois faz referência à um fato que compõe a estrutura daquilo que é a moralidade. Ou seja, independente do período histórico, das questões culturais, econômicas e sociais envolvidas, a escravidão sempre foi (e será) *errada*. O realista estaria em uma posição mais favorável para condenar a

ser considerada um “meio-termo” entre as doutrinas realistas e antirrealistas da moralidade, visto que se preocupa com as lacunas explicativas de ambas. Apesar disso, também seria possível encontrar aporias significativas na proposta de Barbosa, de forma que uma perspectiva opositora à ela pudesse levantar problemas engendrados em suas premissas e apontar para possíveis aporias internas.

escravidão na Grécia Antiga ou no Brasil no período Colônia. As verdades avaliativas independentes, com as quais o realista metaético se compromete, seriam capazes de fornecer uma justificação moral muito mais robusta para os nossos juízos morais do que a perspectiva antirrealista, pois a perspectiva realista não permite que nossos juízos morais estejam contaminados por influências amorais – influências do processo evolutivo, social, político e cultural que não são e não engendram conclusões que sejam, necessariamente, morais.

A insuficiência da resposta da perspectiva antirrealista no que diz respeito à normatividade da moralidade é o resultado da rejeição do realismo moral na estrutura aporética. O realismo metaético preenche suficientemente a lacuna sobre o porquê nós julgamos as coisas como morais, imorais, boas, más, certas ou erradas se referindo à ontologia da moralidade, i.e., as verdades avaliativas independentes. Ao abandonar a ontologia realista para sustentar a coerência com as descobertas científicas, o antirrealismo também abandona as respostas plausíveis que a perspectiva realista poderia fornecer, por uma resposta que engendra inconsistências sobre a própria normatividade da moralidade. Isso é, embora a perspectiva do elo adaptativo seja mais adequada (cientificamente) em relação à hipótese evolutiva, ela resulta em respostas implausíveis, anomalias dentro do sistema teórico, no que diz respeito à normatividade de nossos juízos morais. Como consequência, é exigido o abandono de alguma premissas de dentro da estrutura aporética em que surgiu a inconsistência causada pela rejeição do realismo metaético. Neste caso, poderíamos rejeitar o antirrealismo, pois se mostra teoricamente inadequado, no que diz respeito à explicação dos nossos juízos morais e da normatividade da moralidade – e, provavelmente, a rejeição do antirrealismo metaético também resultará em *novas* inconsistências dentro de uma *nova* estrutura aporética.

Mesmo assim, não há somente boas notícias para o realismo metaético. Não podemos negligenciar o desafio proposto pelo o Dilema Darwiniano para a existência das verdades avaliativas independentes. David Enoch, um defensor do realismo metaético, afirma que o mérito de Street foi chegar muito perto de elaborar um desafio metanormativo próprio para perspectivas realistas do valor (ENOCH, 2009, p. 425). Apesar do realismo metaético fornecer uma justificação robusta sobre a relação dos juízos avaliativos e da normatividade da moralidade, ainda falta para o realista explicar a “correlação entre nossas crenças relevantes e as verdades relevantes” (ENOCH, 2009, p. 426), isto é, explicar a correlação entre a normatividade dos nossos juízos avaliativos verdadeiros e a ontologia da moralidade que justificaria estes juízos. O problema probatório fundamental que o realista enfrenta é o de justificar uma ontologia moral independente da mente que não seja redutível ao mundo natural. Ao demonstrar que o comprometimento ontológico do realista é forte demais, Street debilita a estrutura explicativa do realismo metaético, demonstrando a existência de aporias entre suas premissas, o que exige ou uma justificação do próprio realismo ou sua rejeição.

Podemos notar que tanto a perspectiva realista como a perspectiva antirrealista metaética enfrentam problemas explicativos específicos que são derivados de seus comprometimentos teóricos. Quando rejeitamos uma premissa ou outra, considerando as estruturas aporéticas que estas teorias estão inseridas, as respostas plausíveis para algumas questões ficam indisponíveis para nós, já que rejeitamos premissas que seriam essenciais para respondê-las. Isso gera novas inconsistências dentro do sistema de comprometimentos teóricos utilizado para explicar certo fenômeno. A abdicação da verdade moral independente implica em

uma normatividade enfraquecida de tal forma que o nosso sistema de juízos avaliativos poderá estar sobrecarregado por crenças e juízos que são flagrantemente imorais¹⁶. Por outro lado, ao reivindicar a existência de verdades morais independentes, o defensor dessa posição enfrenta um desafio justificatório em que é exigido a prova da ontologia que sustenta estas verdades avaliativas.

Nenhuma das alternativas estará livre de dilemas explicativos – pois a aporia se alastra, novamente, dentro do sistema como um incêndio. O que nos restaria seria a necessidade de aprender a conviver com essas inconsistências teóricas, tanto no que diz respeito ao fenômeno moral quanto em outros campos da filosofia. Assim, parece que, com a incapacidade de nos livrar das aporias nos sistemas filosóficos, deveríamos abdicar de nossas pretensões absolutistas (de competição entre qual teoria filosófica é a correta ou verdadeira) e nos direcionar para uma perspectiva *plural* da filosofia, reconhecendo que cada teoria é capaz de contribuir para a explicação de um fenômeno complexo.

Considerações finais

O *debunking* do realismo metaético, como forma de justificação da perspectiva antirrealista, se torna insustentável, pois também há complicações semelhantes que partem dos comprometimentos teóricos da abordagem antirrealista. A existência da aporia, como um requerimento para o *debunking*, também possibilita a rejeição do antirrealismo por argumentos análogos. O antirrealismo de Street também estaria vulnerável às críticas e se mostraria inadequado para explicar a totalidade do fenômeno da moralidade. A questão subjacente é se poderíamos rejeitar uma teoria (e reivindicar a outra) somente a partir de nossas ponderações sobre suas consequências teóricas. Se estamos justificado em fazer isso, também devemos aceitar a rejeição das perspectivas que reivindicamos pelas mesmas bases? Parece que sim.

Como resposta, se considerarmos, por exemplo, o pirronismo antigo, a existência do desacordo teórico entre duas abordagens implica na demanda a suspensão de juízo (*epoché*). A suspensão de juízo é uma consequência cética dado a impossibilidade de resolver, a partir de nossas considerações filosóficas, as exigências absolutistas de reivindicação de verdade de perspectivas filosóficas em conflito. Como um “remédio” para a busca pela verdade, dado a existência da aporia, os céticos pirrônicos consideravam que a única alternativa plausível seria aceitar a equipolência de ambas as perspectivas e suspender o nosso juízo sobre a fundamentação do fenômeno em questão¹⁷.

Rescher concorda com os filósofos pirrônicos sobre a impossibilidade de reivindicações absolutas de verdade, mas pretende converter a bandeira cética de suspensão de juízo e propor uma abordagem *pluralista orientacional*. A perspectiva pluralista orientacional afirma que cada trabalho filosófico segue uma orientação

¹⁶ David Enoch (2011) e Ronald Dworkin (2011) defendem que perspectivas metaéticas que não se comprometem com a verdade na moralidade, tal como expressivismo e emotivismo, implicam em juízos e crenças avaliativas que possuem um conteúdo imoral. Os autores defendem uma perspectiva realista afirmando que as perspectivas antirrealistas engendram, dado seus comprometimentos teóricos, perspectivas imorais. Eles demonstram que, a partir de bases substantivas da moralidade, podemos rejeitar uma perspectiva metaética porque não seríamos capazes de aceitar (moralmente) suas consequências práticas.

¹⁷ A questão sobre o desafio justificatório do ceticismo pirrônico é discutido principalmente por Robert Fogelin, na segunda parte de *Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justification* (1994), quando o autor discute o Trilema de Agrippa e as formas de justificação do conhecimento.

metodológica probatória que admite a solução de certos problemas a partir de certos comprometimentos teóricos (GURBA, 2018, p.178). Devemos aceitar o fato de que muitas das nossas perspectivas filosóficas são inconsistentes e dificilmente representam a realidade em absoluto. A partir disso, devemos extrair o melhor destas perspectivas para a explicação da realidade¹⁸. A aporia seria uma parte fundamental do processo de investigação filosófica e, como filósofos, devemos aprender com ela, não temê-la.

Assim, considerando o debate metaético entre Street e perspectiva do realismo metaético, podemos notar que a moralidade, como um todo, trata-se de um fenômeno multifacetado em que será difícil fornecer uma única perspectiva filosófica completamente coerente, absoluta, que se livre de todas as possíveis inconsistências – i.e., uma concepção metaética livre da aporia. Aceitar a aporia em nossas perspectivas metaéticas significa, em última instância, dar espaço para uma abordagem plural da explicação do fenômeno da moralidade. Mesmo com inconsistências dentro da própria moralidade e dos nossos sistemas de teorias morais, se aceitarmos uma abordagem pluralista de nossas perspectivas metaéticas, podemos descobrir mais faces do fenômeno a partir das próprias perturbações que são provocadas em nosso sistema explicativo. Se abandonamos o nosso ímpeto absolutista de fornecer uma teoria definitiva para a totalidade do fenômeno moral, podemos nos concentrar nos méritos explicativos que as nossas teorias morais têm e como estes méritos são capazes de nos explicar a natureza múltipla da moralidade.

Referências

BARBOSA, Evandro. Entre Cila e Caríbdis: o dilema darwiniano e o debunking da moralidade. *Unisinos Journal of Philosophy*, v. 20, n. 1, p. 84-98, jan./abr. 2019.

BLOOMFIELD, Paul. *Moral Reality*. New York: Oxford University Press, 2001.

DARWIN, Charles. *On the Origin of Species*. London: John Murray, 1859.

DARWIN, Charles. *The Descent of Man*. London: John Murray, 1871.

DEEN, Michael J. Dehorning the Darwinian dilemma for normative realism. *Philosophy and Biology*, v. 31, n. 5.

DUMMETT, Michael. *The logical basis of metaphysics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. London: Harvard University Press, 2011.

¹⁸ Rescher insiste neste ponto em *The Strife of Systems*: “Insistência em coerência nos nossos próprios comprometimentos teóricos não pré-julga a natureza dos objetos do nosso teorizar. Uma teoria coerente de uma realidade inconsistente pode ser perfeitamente contemplada. A insistência metodológica sobre a consistência não pré-julga a natureza do real; o que está em jogo é, simplesmente, a consistência e coerência de nossas próprias deliberações. Nós podemos, no final, ser direcionados por considerações racionais para aceitar a conclusão de que a realidade é inconsistente, mas isso não é uma razão para não buscar por consistência em nossa teoria da realidade.” (RESCHER, 1985, p. 40)

ENOCH, David. Taking morality seriously: a defense of robust realism. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FOGELIN, Robert John. Pyrrhonian reflections on knowledge and justification. New York: Oxford University Press, 1994.

GARBER, Abraham. Medusa gaze reflected: a Darwinian dilemma for anti-realist theories of value. *Ethical Theory and Moral Practice*, v. 15, n. 5, p. 549-601, 2012.

GURBA, Marek. On Nicholas Rescher orientational pluralism. *Studia filozoficzne i interdyscyplinarne*, v. 6, p. 175-180, 2018.

HRDY, Sarah Blaffer. Infanticide as a primate reproductive strategy. *American Scientist*, v. 65, n. 1, p. 40-49, 1977.

JOYCE, Richard. Irrealism and the genealogy of morals. *Ratio*, v. XVIII, p. 352-372, 2013.

JOYCE, Richard. *The evolution of morality*. Cambridge: The MIT Press, 2006.

MACHUCA, Diego E. Does pyrrhonism have a practical or epistemic value? In: VELTRI, G.; HALIVA, R.; SCHMID, S.; SPINELLI, E. (eds). *Sceptical Paths. Enquiry and Doubt from Antiquity to the Present*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2019, p. 43-66.

PALMER, John. Contradiction and Aporia in early Greek philosophy. In: KARAMANOLIS, G.; POLITIS, V. (eds). *The aporetic tradition in ancient philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 9-28.

RESCHER, Nicholas. *The strife of systems*. Pennsylvania: University of Pittsburg Press, 1985.

SCHOFELD, Daniel P. et al. Cumulative culture in nonhumans: overlooked findings from Japanese monkeys? *Primates*, n. 59, p. 113-122, 2008.

SHERMER, Michael. *Cérebro e crença*. Eliana Rocha (trad). São Paulo: JSN, 2012.

STREET, Sharon. A Darwinian dilemma for realist theories of value. *Philosophical Studies*, v. 127, p. 109-166, 2006.

SZAIK, Jan. Socrates and The Benefits of Puzzlement. In: KARAMANOLIS, G.; POLITIS, V. (eds). *The aporetic tradition in ancient philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 29-47.

TERRACE, Herbert. Can an ape create a sentence? *Science*, v. 206, n. 4421, p. 891-902, 1979.

Recebido em: 03/2024
Aprovado em: 09/2024